



O Decreto 12.686/2025 na prática: o Estudo de Caso como ferramenta pedagógica para a educação inclusiva

Carina Iracema Bigonha Ruggio¹ Priscila Aparecida Costa Valadão²
Márcia Bastos Rezende³

^{2,3} Departamento de Terapia Ocupacional,
Universidade Federal de Minas Gerais,
Belo Horizonte, Minas Gerais

¹ Pesquisadora Independente

Correspondência

Carina Iracema Bigonha Ruggio,
E-mail: carinabigonharuggio.to@gmail.com

Resumo

O Decreto nº 12.686/2025 representa um avanço na política de Educação Inclusiva ao instituir o Estudo de Caso como eixo estruturante para a definição das equiparações escolares. Contudo, apesar de elencar suas etapas, o texto normativo não explicita diretrizes técnico-operacionais para sua condução no cotidiano escolar, o que pode comprometer sua efetividade. Este estudo tem como objetivo analisar criticamente o referido decreto à luz dos princípios da Educação Inclusiva e propor uma estrutura técnico-operacional para a implementação do Estudo de Caso no contexto escolar. Trata-se de um estudo teórico-analítico e propositivo, de abordagem qualitativa e caráter documental, fundamentado na análise de legislações e políticas públicas educacionais, articuladas ao modelo biopsicossocial da deficiência e à Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF). Como resultado, apresenta-se um percurso metodológico para o Estudo de Caso, compreendido como processo contínuo, interdisciplinar e contextualizado, voltado à identificação de barreiras, potencialidades e demandas de apoio. Conclui-se que a operacionalização qualificada do Estudo de Caso é fundamental para garantir a efetividade das equiparações e a promoção da participação, aprendizagem e equidade no contexto escolar.

Palavras-chave:

educação inclusiva, estudo de caso, acessibilidade, políticas públicas, equidade.

INTRODUÇÃO

A política de inclusão no Brasil resulta de um processo histórico de transição de modelos assistencialistas e segregadores para uma abordagem fundamentada nos direitos humanos, na equidade e na educação inclusiva. Até meados do século XX, a escolarização de pessoas com deficiência ocorria majoritariamente em instituições especializadas, fora do ensino regular, sob forte influência do modelo biomédico que compreendia a deficiência como incapacidade individual (Jannuzzi, 2004). As primeiras legislações educacionais, como as LDBs nº 4.024/1961 e nº 5.692/1971, refletiram esse paradigma ao manter a educação especial como modalidade paralela (Brasil, 1961; 1971).

A Constituição Federal de 1988, reconhece a educação como direito de todos, assegura o Atendimento Educacional Especializado (AEE) e a matrícula preferencialmente no ensino regular (Brasil, 1988). Esse movimento foi fortalecido nos anos 1990 com a incorporação de compromissos internacionais, especialmente a Declaração de Salamanca (1994), e consolidado pela LDB nº 9.394/1996, que define a Educação Especial como modalidade transversal aos níveis de ensino (Brasil, 1996).

Nos anos 2000, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) e, posteriormente, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (Decreto nº 6.949/2009) e a Lei Brasileira de Inclusão – LBI (Lei nº 13.146/2015) consolidam o modelo biopsicossocial da deficiência e o direito à participação e aprendizagem no ensino comum.

Mais recentemente, o Brasil publicou dois novos decretos reforçando de forma clara a perspectiva funcional para a orientação na implementação das equiparações para os estudantes que delas necessitam (Decreto nº 12.686/2025; Decreto nº 12.773/2025).

Esses documentos representam um avanço importante ao reafirmar o compromisso do Estado brasileiro com a Educação Inclusiva, alinhando-se aos princípios constitucionais, à Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) e à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (Decreto nº 6.949/2009).

O Decreto 12.686/2025 tem entre seus principais aspectos positivos o fortalecimento do direito à educação inclusiva e do acesso ao ensino regular com suporte adequado, a valorização do Atendimento Educacional Especializado (AEE) como complementar ao ensino, a promoção da equidade e da acessibilidade, o incentivo à formação docente, além da melhor organização e responsabilidade das redes, reconhecendo que a inclusão não se limita ao acesso, mas envolve permanência com qualidade, participação e aprendizagem.

O decreto também reforça a importância e a obrigatoriedade da implementação do Atendimento Educacional Especializado (AEE), evitando sua substituição ao ensino comum e reforçando sua função pedagógica de eliminar barreiras ao aprendizado e à participação escolar. Para tanto, o Decreto 12.686/25 orienta que cabe ao profissional do AEE a responsabilidade de conduzir o estudo de caso, ainda que outras pessoas devam participar de sua construção.

Embora o decreto apresente as etapas que compõem o estudo de caso - identificação inicial das demandas individuais e barreiras; análise das barreiras e do contexto escolar; identificação das potencialidades e das demandas de apoio ao estudante; definição de estratégias e recursos de acessibilidade para eliminação de barreiras - não há no texto normativo uma orientação clara sobre como conduzir esse processo na prática.

A construção do estudo de caso requer uma orientação técnica bem fundamentada, com ferramentas/protocolos específicos, indicadores claros para avaliar, intervir, além de medir a assertividade e a

eficácia da oferta das equiparações.

Além disso, a escola precisa pensar no fluxo para a construção, implementação e acompanhamento para garantir a logística para qualificar as ações a partir do estudo de caso. Portanto, a orientação legal é que para todo estudante deve ser feito o estudo de caso, o que requer uma revisão nos processos e rotinas da escola. Também se torna necessária a capacitação da equipe pedagógica frente às orientações que fundamentam a nova política de inclusão, agora explicitadas de forma mais clara desde a publicação da Lei Brasileira de Inclusão (LBI) e fortalecidas pelos novos decretos de 2025.

Em síntese, a implementação do estudo de caso como ferramenta orientadora para a oferta das equiparações garante um olhar individualizado e sob a perspectiva da funcionalidade, independente da apresentação de laudo de especialistas externos à escola.

Portanto, diante deste cenário, o objetivo deste estudo é analisar o Decreto 12.686/2025 sob a perspectiva da Educação Inclusiva e apresentar uma proposta técnico-operacional de condução do estudo de caso como ferramenta pedagógica para garantir a Educação Inclusiva.

A partir deste objetivo, é importante mencionar que a originalidade deste estudo se situa na problematização do Estudo de Caso como dispositivo técnico-pedagógico no contexto da Educação Inclusiva, deslocando sua compreensão de uma lógica predominantemente descritiva ou diagnóstica para uma perspectiva centrada na análise contextual das barreiras, da participação escolar e das demandas de apoio. Ao articular os referenciais biopsicossociais da deficiência aos processos de tomada de decisão educacional, este trabalho busca ampliar o debate sobre operacionalização da inclusão escolar para além da dimensão estritamente normativa das políticas públicas.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo teórico-analítico e propositivo, de abordagem qualitativa e caráter documental, que analisa o Decreto nº 12.686/2025 sob a perspectiva de normativas da Educação Inclusiva no Brasil e propõe uma estrutura técnico-operacional para a condução do estudo de caso no contexto escolar. Baseia-se na análise de legislações e políticas públicas centrais, incluindo a Constituição Federal de 1988, a LDB nº 9.394/1996, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (Decreto nº 6.949/2009), a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) e, de forma central, o Decreto nº 12.686/2025.

A escolha dessa abordagem justifica-se pela natureza do objeto investigado, uma vez que o estudo busca discutir referenciais relacionados à operacionalização do Estudo de Caso no contexto da Educação Inclusiva a partir da análise de dispositivos normativos e referenciais teóricos do campo. A abordagem analítico-documental mostrou-se pertinente por possibilitar a problematização crítica de elementos presentes no Decreto nº 12.686/2025, bem como a construção de categorias técnico-analíticas voltadas à organização dos apoios educacionais e à tomada de decisão pedagógica no cotidiano escolar.

A análise foi orientada por um referencial teórico-crítico sobre políticas públicas educacionais e Educação Inclusiva, com ênfase nos conceitos de equidade, justiça educacional, modelo biopsicossocial da deficiência e implementação de políticas públicas, compreendidas como processos dinâmicos e complexos. No caso específico do Decreto nº 12.686/2025, realizou-se uma leitura analítico-interpretativa voltada à compreensão do estudo de caso como instrumento estruturante da política inclusiva, buscando identificar seus avanços normativos, os limites decorrentes da ausência de diretrizes práticas e as implicações dessas lacunas para a tomada de decisão pedagógica e a organização das

equiparações escolares.

A análise também considerou o Decreto nº 12.773/2025, que revogou e reformulou algumas orientações do Decreto nº 12.686/2025. Em relação ao estudo de caso, entretanto, o novo decreto não reduziu sua importância, mas ampliou sua função, ao definir que esse instrumento deve servir de base não apenas para a elaboração do Plano de Atendimento Educacional Especializado (PAEE), como previsto anteriormente, mas também para a construção do Plano Educacional Individualizado (PEI). Com isso, o estudo de caso passa a ocupar um papel ainda mais central na organização das decisões pedagógicas no contexto da educação inclusiva.

Isto posto, o estudo contou com três etapas complementares: (1) leitura analítica do Decreto nº 12.686/2025, com identificação dos dispositivos relacionados à organização dos apoios educacionais e ao Estudo de Caso; (2) interpretação dos principais elementos conceituais presentes na literatura sobre Educação Inclusiva, acessibilidade e participação escolar; e (3) elaboração de uma proposta técnico-operacional para organização do Estudo de Caso no contexto escolar.

Estrutura analítica para operacionalização do Estudo de Caso

A operacionalização do Estudo de Caso proposta neste estudo pode ser compreendida a partir de uma estrutura analítica organizada em dimensões interdependentes: identificação das demandas educacionais do estudante; análise das barreiras contextuais; reconhecimento das potencialidades e formas de participação escolar; definição das demandas de apoio e acessibilidade; e construção colaborativa das estratégias educacionais. Essas dimensões não devem ser interpretadas como etapas lineares ou protocolares, mas como organizadores analíticos destinados a subsidiar processos de tomada de decisão pedagógica contextualizada. A tabela 1 demonstra a estrutura analítica.

A construção dessas categorias foi fundamentada nos referenciais biopsicossociais da deficiência, especialmente aqueles relacionados à funcionalidade, participação, acessibilidade e eliminação de barreiras, presentes na Lei Brasileira de Inclusão e na Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF), o que

Tabela 1

Dimensão	Elementos analisados	Finalidade
Demandas educacionais	Participação, funcionalidade	Compreender necessidades
Barreiras contextuais	Ambiente, interação,	Identificar obstáculos
Potencialidades	Interesses, interações, recursos	Ampliar participação
Apoios	Estratégias, recursos, adaptações	Sustentar inclusão
Monitoramento	Revisão contínua	Ajustes

O estudo de caso como dispositivo técnico-metodológico

No campo educacional, e em particular na Educação Inclusiva, o Estudo de Caso tem sido amplamente utilizado para analisar situações complexas de aprendizagem e participação escolar, favorecendo a compreensão das práticas pedagógicas e das dinâmicas institucionais que orientam ou limitam a inclusão escolar (Shrestha & Bhattarai, 2024).

Na literatura brasileira, o Estudo de Caso tem sido adotado para investigar diferentes aspectos da inclusão escolar e dos processos educativos em contextos específicos. Por exemplo, pesquisas recentes exploraram a prática pedagógica de professores em relação a estudantes com necessidades educacionais específicas no ensino fundamental, evidenciando distanciamentos entre as intenções normativas e as ações em sala de aula (Souza et al., 2025).

Em termos metodológicos, o Estudo de Caso favorece uma análise integrada de múltiplas fontes de dados (observações, entrevistas, documentos pedagógicos), permitindo uma compreensão ampliada da situação no contexto educacional. Essa ferramenta é particularmente útil quando se busca capturar a complexidade inerente à educação inclusiva, pois permite articular fatores individuais, sociais e institucionais que influenciam as práticas de ensino e aprendizagem (Yin, 2018). Pesquisas internacionais também destacam a capacidade dessa metodologia de revelar como variáveis ambientais e de como contextos moldam experiências escolares de estudantes com deficiência ou necessidades educacionais especiais (Shrestha & Bhattarai, 2024).

Adicionalmente, o Estudo de Caso tem sido utilizado para examinar o papel da gestão escolar na condução de processos inclusivos, demonstrando que práticas administrativas e decisões pedagógicas influenciam diretamente a organização das atividades escolares e a efetivação de políticas de inclusão (Flores, 2025). Outro exemplo importante refere-se a investigações de relações entre formação docente e proposições didáticas inclusivas, nas quais casos foram elaborados para que licenciandos construíssem estratégias de ensino voltadas a estudantes com Transtorno do Espectro Autista, por exemplo (Monteiro & Faria, 2025).

A produção recente mostra que o Estudo de Caso pode ser articulado a diferentes abordagens teóricas para explorar a maneira como professores, famílias e gestores interpretam e se engajam com processos inclusivos (Valentos & Junsay, 2025). Esses estudos reforçam a importância de tratar o estudo de caso não apenas como descrição de eventos, mas como um processo analítico estruturado capaz de revelar relações complexas que orientam práticas educativas e decisões pedagógicas.

Na Educação Inclusiva, o estudo de caso assume ainda uma função de mediação pedagógica, pois permite identificar barreiras ambientais e organizacionais, potencialidades dos estudantes e condições de eficácia das intervenções. Essa função integradora reside na capacidade de conciliar dados objetivos (documentos, observações) e perspectivas subjetivas (entrevistas, relatos), articulando-os em uma interpretação contextualizada que pode subsidiar escolhas profissionais e ajustes nas práticas pedagógicas (Yin, 2018; Shrestha & Bhattarai, 2024).

Não obstante suas potencialidades, a literatura converge em apontar que o estudo de caso muitas vezes é reduzido a relatos descritivos sem reflexão analítica, o que fragiliza sua função como instrumento de decisão pedagógica (Souza et al., 2025). A superação dessa limitação exige a adoção de processos de análise rigorosos, que articulem evidências empíricas com referenciais teóricos e normativos, possibilitando uma interpretação crítica que sustente práticas educacionais inclusivas qualificadas.

Em suma, torna-se evidente que o estudo de caso, quando compreendido em sua dimensão técnico-metodológica e analítica, constitui um dispositivo privilegiado para a mediação entre os princípios normativos da educação inclusiva e as decisões pedagógicas cotidianas. No entanto, a recorrente fragilização de sua aplicação prática, marcada por abordagens descritivas e pouco sistematizadas, evidencia a necessidade de avançar para além da discussão conceitual.

Os limites operacionais do Estudo de Caso no Decreto nº 12.686/2025

O Decreto nº 12.686/2025 estabelece que o Estudo de Caso deve ser composto por quatro etapas. No entanto, limita-se a mencioná-las, sem explicitar os procedimentos, critérios, instrumentos ou a forma como essas etapas devem se articular na prática escolar. Essa ausência de orientações operacionais compromete a efetividade do Estudo de Caso como dispositivo de sustentação das equiparações, uma vez que a simples definição normativa das etapas não assegura, por si só, a qualidade nem a eficácia do processo. Nesse sentido, Bray e Russell (2018), ao analisarem a implementação de planos educacionais individualizados em contextos inclusivos, demonstram que instrumentos formais podem assumir caráter predominantemente burocrático quando não acompanhados de diretrizes metodológicas capazes de orientar sua operacionalização no cotidiano escolar.

Para que o Estudo de Caso cumpra sua finalidade de fundamentar a definição de apoios, recursos e estratégias de acessibilidade, torna-se necessário organizá-lo como um processo técnico, sistemático, interdisciplinar e contextualizado. Esse processo deve ser orientado pela análise funcional da participação do estudante nos diferentes espaços, atividades e demandas do cotidiano escolar. Nessa perspectiva, o Estudo de Caso deve ser compreendido como um processo contínuo de investigação, análise e tomada de decisão pedagógica, ancorado na realidade concreta da escola e nas demandas específicas de cada estudante.

Na ausência dessa sistematização metodológica, há o risco de o Estudo de Caso se reduzir a um procedimento burocrático, voltado apenas ao cumprimento formal de uma exigência legal. Sierra-Martínez, et al., (2025) evidenciam que políticas inclusivas frequentemente coexistem com práticas escolares marcadas por ambiguidades conceituais e dificuldades operacionais de implementação, produzindo distanciamentos entre os discursos normativos e a prática cotidiana da inclusão. Quando isso ocorre, o documento tende a se distanciar da prática pedagógica e a perder sua capacidade de produzir efeitos reais na identificação e eliminação de barreiras à participação do estudante. Sendo assim, o Estudo de Caso passa a existir de forma desarticulada das dinâmicas da sala de aula, das interações sociais, das demandas curriculares e das condições institucionais da escola, fragilizando o próprio objetivo do Decreto: a promoção da acessibilidade e da equidade no contexto escolar.

Além disso, abordagens contemporâneas da ciência da implementação (Implementation Science) enfatizam a necessidade de estruturas operacionais claras, com definição de componentes essenciais, mecanismos de monitoramento e estratégias de adaptação contextual, de modo a garantir a efetividade de intervenções complexas em sistemas educacionais (Fixsen et al., 2005). Esses referenciais contribuem para ampliar a compreensão do Estudo de Caso proposto neste estudo, ao situá-lo não apenas como um instrumento normativo, mas como um dispositivo dependente de condições de implementação para sua efetivação no cotidiano escolar.

Diante desse cenário, propõe-se a construção de um percurso metodológico para o Estudo de Caso que busque suprir a lacuna existente entre o texto legal do Decreto nº 12.686/2025 e sua aplicação prática no cotidiano escolar. Tal percurso tem como objetivo oferecer diretrizes técnicas e fundamentadas que orientem a leitura e compreensão das demandas apresentadas, a análise das barreiras, a identificação das potencialidades do estudante e a definição de estratégias de acessibilidade de forma coerente, articulada e alinhada à realidade pedagógica, reafirmando o Estudo de Caso como um instrumento central para a qualificação das práticas inclusivas, e não como um mero artefato administrativo.

Dessa forma, a análise evidencia que, para que as etapas previstas no Decreto se tornem efetivamente operacionais, é necessário considerar outras etapas igualmente fundamentais para a realização de um estudo de caso tecnicamente consistente e pedagogicamente eficaz. Essas etapas complementares são apresentadas e detalhadas a seguir.

Proposta prática de implementação do estudo de caso no contexto das equiparações

Definição dos responsáveis pela construção do Estudo de Caso

A construção do Estudo de Caso deve ser compreendida como um processo coletivo, interdisciplinar e institucional, não restrito a um único profissional ou área de conhecimento. Considerando que seu objetivo é fundamentar a definição das equiparações a partir da análise das barreiras e das condições de participação do estudante, o Estudo de Caso requer a corresponsabilização dos diferentes atores envolvidos no processo de ensino e aprendizagem.

Desta forma, cabe ao professor do AEE a coordenação do processo de construção do Estudo de Caso, contando com a participação e colaboração da equipe gestora e pedagógica da escola. Essa coordenação envolve a organização do fluxo do Estudo de Caso, a convocação dos profissionais envolvidos, a sistematização das informações produzidas e o acompanhamento das definições decorrentes do processo, garantindo sua coerência com as diretrizes institucionais e legais.

A equipe gestora e pedagógica apoia a coordenação do Estudo de Caso, garantindo a organização do processo, a disponibilidade de tempo para sua realização e a articulação com o projeto pedagógico da escola, além de acompanhar e registrar as determinações definidas ao longo do processo.

Os professores regentes contribuem com a descrição das práticas pedagógicas, das exigências curriculares, das estratégias já utilizadas e das potencialidades e dificuldades observadas no cotidiano da sala de aula, oferecendo elementos essenciais para a análise das barreiras pedagógicas, organizacionais e atitudinais.

Os profissionais especializados, internos e/ou externos à escola, como terapeutas ocupacionais, psicólogos, fonoaudiólogos, psicopedagogos e outros integrantes da equipe multiprofissional, colaboram com a leitura técnica do funcionamento do estudante no contexto escolar, contribuindo para a identificação das barreiras, das potencialidades e das demandas de apoio, a partir de uma perspectiva funcional, contextualizada e não clínica. A literatura internacional corrobora esta visão, para deslocar o foco de modelos centrados exclusivamente no diagnóstico clínico (Buntinx & Schalock, 2010).

A família participa como fonte de informações relevantes sobre a trajetória do estudante, suas estratégias cotidianas e suas necessidades, contribuindo para a compreensão ampliada do caso, sem que lhe seja atribuída responsabilidade técnica pela definição das equiparações.

O estudante, sempre que possível, deve ser incluído no processo por meio de escuta qualificada e acessível, sendo reconhecido como sujeito ativo na construção das estratégias que impactam sua participação, aprendizagem e permanência na escola.

A imagem abaixo apresenta os principais responsáveis pela construção do estudo de caso, destacando seu caráter multidisciplinar. Como já descrito acima, participam desse processo o estudante e sua família, a equipe gestora e pedagógica, o professor regente, o professor do AEE (na coordenação) e os profissionais especializados. A articulação entre esses atores garante uma análise contextualizada, orientando decisões pedagógicas e a definição de apoios e estratégias de acessibilidade.

Imagem 1

Participantes da construção do Estudo de Caso



O uso de instrumentos padronizados de avaliação no Estudo de Caso

Os instrumentos padronizados de avaliação podem contribuir de forma importante para o Estudo de Caso, desde que sejam compreendidos como instrumentos de apoio e não como finalidade do processo. Seu papel é qualificar a compreensão sobre o funcionamento do estudante na escola, ajudando a identificar barreiras, necessidades de apoio e estratégias mais adequadas.

Esses instrumentos não devem ser utilizados de maneira isolada ou descontextualizada e seus resultados precisam ser analisados em conjunto com as observações no cotidiano escolar, bem como com os relatos dos professores, a escuta do estudante e da família, além da análise das práticas pedagógicas e diálogo com especialistas externos que acompanhem o estudante. É necessário se atentar para isso, pois, quando lidos fora do contexto, esses instrumentos tendem a reforçar uma visão centrada no déficit, pouco útil para a tomada de decisão pedagógica. Essa compreensão já é bem discutida internacionalmente como demonstram os estudos de Hallinger & Heck, (2011) e Slee, (2018).

É fundamental destacar que o uso de instrumentos padronizados não tem como objetivo classificar o estudante ou confirmar diagnósticos, mas ampliar a leitura sobre como ele responde às exigências escolares e em quais condições apresenta melhor desempenho e participação.

Quando utilizados de maneira crítica e articulada ao Estudo de Caso, os instrumentos padronizados de avaliação fortalecem o caráter técnico do processo e contribuem para a construção de equiparações mais precisas, contextualizadas e quantificáveis, alinhadas às necessidades reais do estudante e às

possibilidades concretas da escola. Destacam-se roteiros estruturados de observação em sala de aula, checklists funcionais baseados na CIF, registros pedagógicos sistemáticos, escalas de participação escolar e protocolos interdisciplinares de acompanhamento. Esses instrumentos devem ser utilizados de forma integrada às observações cotidianas, à escuta do estudante e da família e ao diálogo entre os profissionais envolvidos, evitando seu uso isolado ou meramente classificatório.

Necessidade da construção de um formulário para registro do Estudo de Caso

Para que o Estudo de Caso não se restrinja a discussões pontuais ou a registros fragmentados, torna-se fundamental a construção de um formulário específico para seu registro. Esse instrumento tem a função de organizar as informações produzidas ao longo das diferentes etapas do Estudo de Caso, garantindo sistematização, continuidade e transparência do processo.

O uso de um formulário contribui para que o Estudo de Caso seja conduzido de forma mais objetiva e consistente, evitando que as decisões sobre equiparações se baseiem apenas em percepções isoladas ou em registros informais. Além disso, o formulário favorece a articulação entre os profissionais envolvidos, ao reunir, em um único documento, as informações provenientes da escola, da família, da equipe multidisciplinar e do próprio estudante.

Esse registro também permite acompanhar o percurso do estudante ao longo do tempo, facilitando a revisão das estratégias adotadas, a avaliação da eficácia das equiparações implementadas e a realização de ajustes, sempre que necessário. Dessa forma, o formulário deixa de ser apenas um documento administrativo e passa a funcionar como um instrumento técnico de apoio à tomada de decisão.

Uma vez definidos os responsáveis pela construção do Estudo de Caso e estabelecida a forma de registro, torna-se necessário direcionar o olhar para o desenvolvimento de cada uma das etapas propostas no Decreto 12.686/2025.

A seguir, serão descritas as etapas do Estudo de Caso previstas no Decreto nº 12.686/25, com o objetivo de traduzi-las para a realidade cotidiana da escola. Como dito anteriormente, o texto legal apresenta as etapas de forma geral, sem detalhar como elas se operacionalizam no dia a dia, assim, esta seção busca oferecer um caminho prático para sua implementação, respeitando as condições institucionais, os tempos escolares e a dinâmica do trabalho pedagógico.

Para ilustrar cada etapa que será descrita, vamos utilizar o caso de João, 8 anos, estudante do 3º ano do Ensino Fundamental. João apresenta dificuldades na escrita, incluindo organização das frases, formação de palavras e legibilidade da letra, o que impacta sua participação nas atividades em sala.

Etapas I – Identificação inicial das demandas individuais e barreiras

Esta etapa corresponde ao momento de entrada do caso no sistema escolar e seu objetivo é identificar as demandas educacionais e as barreiras presentes neste contexto. Trata-se do momento inicial de análise, no qual a escola reconhece as situações que impedem a participação plena do estudante no contexto escolar. Essa identificação parte da observação direta do dia a dia e não da busca por explicações diagnósticas ou clínicas.

As demandas educacionais referem-se às situações em que o estudante encontra obstáculos para acessar o currículo, participar das atividades, organizar-se nas rotinas, interagir com colegas e adultos ou exercer sua autonomia no ambiente escolar. Essas demandas costumam aparecer em situações concretas,

como dificuldades para acompanhar explicações coletivas, para compreender instruções, para se engajar em atividades em grupo, para realizar avaliações ou para lidar com mudanças na rotina. O foco, nessa etapa, é descrever de forma clara o que acontece, em quais situações e com quais impactos no cotidiano do estudante na escola.

Paralelamente, são identificadas as barreiras que interferem na participação do estudante. Essas barreiras podem estar relacionadas às práticas pedagógicas, como metodologias pouco flexíveis, ritmo acelerado das aulas ou formas de avaliação estáticas, ao ambiente físico, como excesso de estímulos, organização do espaço ou uso de materiais inadequados, à organização da escola, incluindo rotinas, regras e distribuição de apoios, ou ainda a barreiras atitudinais, presentes nas expectativas, posturas e formas de interação da equipe escolar. Identificar barreiras significa deslocar o foco do estudante para o contexto, reconhecendo que o ambiente pode limitar ou favorecer a sua participação.

Na prática, essa etapa pode ser realizada por meio da escuta e do registro das observações feitas por professores, coordenação pedagógica e demais profissionais envolvidos com o estudante. É importante observar o estudante nos diferentes espaços de aprendizagem, como sala de aula, recreio, atividades dirigidas, situações de avaliação e nos deslocamentos pela escola.

Os registros dessa etapa devem priorizar descrições objetivas e contextualizadas, evitando interpretações baseadas apenas no diagnóstico ou em suposições sobre o estudante. Ao final dessa etapa, a escola passa a ter um panorama inicial das demandas educacionais e das barreiras presentes no cotidiano, que servirá de base para as etapas seguintes do Estudo de Caso. Dessa forma, a identificação das demandas e barreiras deixa de ser uma lista de dificuldades e se torna um ponto de partida para a construção de estratégias mais adequadas e coerentes com a realidade escolar.

Nesta etapa, as dificuldades de João foram observadas pela professora durante a realização das primeiras atividades do ano. A escola procurou então obter mais informações sobre João e, para isso, conversou com a família. Os pais de João relataram que o estudante apresenta interesse por jogos e histórias, mas evita tarefas que envolvam escrita, apresentando frustração e baixa autoestima. O professor de AEE, junto com o professor regente, observaram João de forma mais sistemática, onde identificaram que o estudante participa bem das atividades coletivas e orais, mas demora para iniciar atividades de escrita, demandando auxílio frequente e tende a copiar dos colegas.

Etapa II – Análise das barreiras e do contexto escolar

A segunda etapa do Estudo de Caso consiste na análise das barreiras e do contexto escolar. Após a identificação inicial das demandas educacionais, esse momento tem como objetivo aprofundar a compreensão sobre como o ambiente escolar influencia a participação do estudante, deslocando o foco exclusivo das características individuais para as condições oferecidas pelo ambiente escolar.

Essa compreensão aproxima-se diretamente dos referenciais biopsicossociais da Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF), incorporados pela Lei Brasileira de Inclusão (LBI) como base para compreensão da deficiência. Sob essa perspectiva, a participação do estudante não é determinada exclusivamente por características individuais, mas pela interação dinâmica entre funcionalidade, barreiras contextuais, acessibilidade e apoios disponíveis no ambiente escolar. Assim, a análise proposta no Estudo de Caso busca operacionalizar esses referenciais ao considerar não apenas as demandas do estudante, mas também os fatores ambientais e pedagógicos que podem limitar ou favorecer sua participação e aprendizagem.

A análise do contexto escolar envolve observar de que maneira a organização da escola, as práticas pedagógicas, o ambiente físico e as relações estabelecidas interferem no acesso do estudante às atividades e ao currículo. Essa etapa parte do reconhecimento de que a participação não depende apenas do estudante, mas também da forma como o ensino é planejado, das expectativas da equipe escolar e das oportunidades de participação oferecidas no cotidiano.

Na prática, essa etapa pode ser realizada por meio da observação sistemática do estudante em diferentes espaços de aprendizagem e momentos da rotina escolar, sempre considerando o que o ambiente exige e o que oferece. É importante que a equipe escolar observe, por exemplo, como as atividades são apresentadas, como o tempo é organizado, quais recursos estão disponíveis e como ocorrem as interações em sala de aula e fora dela. A análise deve considerar não apenas os momentos em que surgem dificuldades, mas também aqueles em que o estudante participa com maior autonomia e engajamento, identificando o que no contexto favorece essa participação.

Os registros dessa etapa devem evidenciar a relação entre as demandas identificadas anteriormente e as barreiras presentes no ambiente, evitando explicações centradas apenas no estudante ou no diagnóstico. Ao final da análise das barreiras e do contexto escolar, a escola passa a compreender com mais clareza o que precisa ser ajustado no ambiente e nas práticas, criando uma base sólida para a definição de estratégias e recursos nas etapas seguintes do Estudo de Caso.

Nesta etapa, a equipe pedagógica deu continuidade ao Estudo de Caso, direcionando o olhar para a identificação das barreiras e para a compreensão de como o contexto escolar impactava a funcionalidade de João. Foram identificadas barreiras pedagógicas, caracterizadas pela ênfase na cópia do quadro e pela pouca oferta de propostas orais; barreiras instrumentais, relacionadas ao tipo de lápis utilizado — que exigia força e precisão incompatíveis com o perfil funcional do estudante — e ao tamanho reduzido do espaço destinado à escrita; e, por fim, barreiras atitudinais, evidenciadas pela expectativa da equipe de que João acompanhasse o ritmo da turma sem a oferta de equiparações.

Etapas III – Identificação das potencialidades e das demandas de apoio ao estudante

A terceira etapa do Estudo de Caso corresponde à identificação das potencialidades e das demandas de apoio do estudante. Após a análise das barreiras e do contexto escolar, o foco se volta para a compreensão mais aprofundada de como o estudante participa, o que já consegue realizar e quais equiparações serão necessárias para ampliar sua participação e aprendizagem.

Identificar as potencialidades significa reconhecer as habilidades, interesses, formas de comunicação, estratégias próprias e modos de engajamento que o estudante já apresenta no cotidiano escolar. Essas potencialidades podem aparecer na forma como o estudante se envolve em determinadas atividades, responde melhor a certos tipos de explicação, demonstra interesse por conteúdos específicos ou estabelece relações com colegas e adultos. Essa identificação é fundamental para evitar uma leitura centrada apenas nas dificuldades e para construir intervenções que partam do que o estudante já consegue fazer.

Paralelamente, são identificadas as demandas de apoio, entendidas como as situações em que o estudante necessita de mediação, ajustes ou recursos adicionais para participar das atividades escolares. Essas demandas não se referem a incapacidades, mas às condições necessárias para que o estudante consiga acessar o currículo, organizar-se nas tarefas, compreender orientações, interagir socialmente ou manter-se engajado na rotina escolar. As demandas de apoio devem ser compreendidas em relação às

barreiras já identificadas, considerando que muitas delas surgem da interação entre o estudante e o contexto.

Nessa direção, as demandas de apoio deixam de ser interpretadas como consequência exclusiva de um diagnóstico clínico e passam a ser compreendidas como resultado da interação entre o estudante e as condições oferecidas pelo contexto escolar, perspectiva coerente com o modelo biopsicossocial proposto pela CIF.

Na prática, essa etapa pode ser realizada por meio da observação do estudante em situações variadas, especialmente naquelas em que ele demonstra maior engajamento ou melhor desempenho. A equipe escolar deve observar quais estratégias facilitam a participação, quais tipos de mediação são eficazes e em que momentos o estudante necessita de apoio mais estruturado. A escuta do próprio estudante, sempre que possível, e da família também contribui para compreender preferências, interesses e formas de apoio que já funcionam em outros contextos.

Os registros dessa etapa devem articular potencialidades e demandas de apoio, evitando listas isoladas de habilidades ou dificuldades. Ao final, a escola passa a ter uma visão mais assertiva e funcional do estudante, reconhecendo suas capacidades e identificando os apoios necessários para ampliar sua participação. Essa compreensão é essencial para a etapa seguinte, na qual serão definidas as estratégias, os recursos de acessibilidade e os apoios a serem implementados de forma planejada e contextualizada.

Nessa etapa, a equipe observou que João apresentava boa compreensão oral, interesse por leitura compartilhada, criatividade nas produções verbais e facilidade em atividades que envolviam imagens, além de boa interação social com os colegas. Em relação às necessidades de apoio, evidenciou-se a importância de mediação tanto para o início das propostas de escrita quanto para a organização e a execução das tarefas. Também foi indicada a realização de uma reunião entre os profissionais envolvidos, com o objetivo de discutir e definir as adaptações necessárias.

Etapa IV – Definição de estratégias e recursos de acessibilidade para eliminação de barreiras

A quarta e última etapa do Estudo de Caso corresponde à definição das estratégias e dos recursos de acessibilidade necessários para eliminar ou reduzir as barreiras identificadas ao longo do processo. Trata-se do momento em que a análise realizada nas etapas anteriores se transforma em ações concretas, voltadas à ampliação da participação, da aprendizagem e da permanência do estudante no contexto escolar.

Nessa etapa, as estratégias e os recursos de acessibilidade devem ser definidos a partir da articulação entre as demandas educacionais, as barreiras presentes no contexto escolar, as potencialidades do estudante e as demandas de apoio. O objetivo não é criar um conjunto genérico de adaptações, mas planejar respostas individualizadas e contextualizadas, que façam sentido para a realidade da escola, da sala de aula e, principalmente, do estudante.

As estratégias podem envolver ajustes nas práticas pedagógicas, como a diversificação das formas de apresentação dos conteúdos, a flexibilização do tempo para realização das atividades, o uso de diferentes formas de registro e avaliação e a organização de atividades que favoreçam a participação ativa do estudante. Os recursos de acessibilidade, por sua vez, incluem materiais, tecnologias assistivas, recursos visuais, adaptações de materiais didáticos e outras ferramentas que ampliem o acesso ao currículo e às atividades propostas. Sempre que necessário, também podem ser definidos apoios humanos, desde

que claramente vinculados à promoção da autonomia e da participação do estudante.

Na prática, essa etapa deve ser realizada de forma colaborativa, envolvendo professores, coordenação pedagógica, profissionais de apoio e, quando possível, a família e o próprio estudante. A equipe escolar deve discutir quais estratégias já foram testadas, quais funcionaram melhor e quais ajustes precisam ser feitos. É importante que cada estratégia definida esteja claramente relacionada à barreira que se pretende eliminar ou reduzir, evitando decisões baseadas apenas no diagnóstico ou em modelos prontos.

Os registros dessa etapa devem explicitar as estratégias e os recursos definidos, bem como os critérios para seu acompanhamento e revisão. As decisões não devem ser entendidas como definitivas, mas como parte de um processo contínuo, que pode e deve ser ajustado conforme o desenvolvimento do estudante e as modificações das condições do contexto escolar. Ao final dessa etapa, o Estudo de Caso cumpre sua função de orientar práticas inclusivas mais consistentes, transformando a análise das barreiras em ações efetivas de acessibilidade no cotidiano escolar.

A proposta apresentada não tem a pretensão de engessar o processo, mas de apoiar as equipes escolares na organização do Estudo de Caso como um percurso técnico, colaborativo e contextualizado. Ao implementar as etapas previstas no Decreto 12.686/2025 à prática profissional, pretende-se favorecer uma compreensão mais funcional da escolarização, orientando a análise das demandas do estudante, das barreiras presentes no contexto e das estratégias necessárias para garantir sua participação, aprendizagem e permanência na escola.

Dessa forma, as etapas são apresentadas como um guia flexível, que pode ser ajustado conforme as características de cada escola e de cada estudante, sem perder de vista os princípios da acessibilidade, da equidade e da corresponsabilidade entre os diferentes profissionais envolvidos no processo.

Como último passo da construção do Estudo de Caso, foram definidas as seguintes equiparações para o processo de ensino e aprendizagem de João:

- Adaptação das atividades escritas, com redução da quantidade de cópia e uso de alternativas, como produções orais e/ou coletivas;
- Utilização de recursos de tecnologia assistiva de baixa complexidade (lápiz triangular, pauta ampliada e apoios visuais);
- Disponibilização de modelos visuais para apoiar a produção de texto;
- Mediação do profissional de apoio escolar durante as atividades de escrita;
- Acompanhamento periódico do progresso do estudante, com ajustes contínuos das estratégias, conforme a evolução e as necessidades observadas.

Embora também não esteja claro no Decreto, é importante que o Estudo de Caso seja acompanhado e revisado continuamente, uma vez que as necessidades do estudante e as condições do contexto escolar se transformam ao longo do tempo. Trata-se de um processo dinâmico, que deve ser constantemente revisto com base nas observações do cotidiano escolar, no diálogo entre os profissionais e na escuta da família e do próprio estudante. Sem esse acompanhamento, o Estudo de Caso corre o risco de se reduzir a um documento meramente formal, afastado da prática pedagógica. A revisão permanente possibilita o ajuste de estratégias, a reorganização dos apoios e a garantia de que as ações propostas permaneçam significativas, fortalecendo seu papel como instrumento de promoção da aprendizagem, da participação e da equidade.

Para fins de monitoramento da efetividade do Estudo de Caso, propõe-se a utilização de indicadores de acompanhamento relacionados à participação do estudante nas atividades escolares, ao nível de acesso ao currículo, ao grau de autonomia funcional, ao engajamento nas tarefas pedagógicas e à redução das barreiras identificadas no contexto escolar. Esses indicadores permitem verificar, ao longo do tempo, a adequação das estratégias e a necessidade de ajustes nas equiparações definidas.

As equiparações definidas na última etapa do Estudo de Caso devem ser registradas no Plano Educacional Individualizado (PEI), com a explicitação das estratégias propostas, a definição das responsabilidades de cada profissional envolvido e o estabelecimento de critérios claros de acompanhamento e avaliação. Esse registro garante a continuidade das ações no cotidiano escolar, favorece o alinhamento entre a equipe e possibilita o monitoramento sistemático dos avanços do estudante. Além disso, o PEI passa a funcionar como um instrumento orientador da prática pedagógica, permitindo ajustes ao longo do processo e assegurando que as intervenções permaneçam coerentes com as necessidades do estudante e com as demandas do contexto escolar.

A imagem a seguir sintetiza, em forma de tabela, os elementos centrais de cada etapa do Estudo de Caso, indicando o que deve ser analisado, as perguntas orientadoras e sua aplicação prática no contexto escolar.

Imagem 2

Quadro-resumo – Etapas do Estudo de Caso no Contexto Escolar

ETAPA	O QUE ENVOLVE	PERGUNTAS ORIENTADORAS	COMO FAZER NA PRÁTICA
I – Identificação das demandas educacionais e das barreiras	Reconhecimento inicial das situações em que o estudante encontra dificuldades para participar, aprender ou se organizar no cotidiano escolar, bem como das barreiras presentes no ambiente.	•Em quais situações o estudante encontra mais dificuldade para participar? •O que acontece no ambiente quando essa dificuldade aparece? •Essas dificuldades ocorrem sempre ou em situações específicas? •Há momentos em que o estudante participa melhor?	Observar o estudante em diferentes momentos da rotina (sala de aula, recreio, atividades dirigidas). Registrar o que acontece, em quais situações e com quais impactos, evitando rótulos ou explicações baseadas apenas no diagnóstico.
II – Análise das barreiras e do contexto escolar	Análise aprofundada dos fatores do ambiente escolar que interferem na participação do estudante, considerando práticas pedagógicas, organização da escola, ambiente físico e atitudes.	O que essa atividade exige do estudante? •Quais recursos estão disponíveis? • Há flexibilidade na forma de realizar a tarefa? •O ambiente favorece a concentração e a interação? • As estratégias utilizadas contemplam diferentes formas de participação?	Observar como as atividades são propostas, como o tempo e os recursos são organizados e como ocorrem as interações. Relacionar as dificuldades observadas às condições do contexto escolar, e não apenas ao estudante.
III – Identificação das potencialidades e das demandas de apoio ao estudante	Reconhecimento das habilidades, interesses e formas de engajamento do estudante, bem como dos apoios necessários para ampliar sua participação e aprendizagem	• Em quais atividades o estudante participa com mais autonomia? •O que parece motivá-lo? •Quais estratégias facilitam sua compreensão e organização? • Em quais situações ele precisa de mais apoio? • Que tipo de apoio faz diferença para a participação?	Observar o estudante em diferentes situações, especialmente naquelas em que demonstra maior engajamento. Registrar potencialidades e demandas de apoio de forma articulada, considerando o que favorece ou dificulta sua participação.
IV – Definição de estratégias e recursos de acessibilidade para eliminação de barreiras	Planejamento de estratégias pedagógicas, recursos de acessibilidade e apoios, definidos de forma individualizada e contextualizada	• Qual barreira essa estratégia pretende reduzir? • De que forma ela favorece a participação do estudante? •Essa estratégia é viável no cotidiano da sala de aula? •Quem será responsável por sua implementação e acompanhamento?	Definir ações diretamente relacionadas às barreiras identificadas, priorizando estratégias possíveis de serem implementadas. Registrar responsabilidades, formas de acompanhamento e critérios para revisão das estratégias.

Limitações do estudo

As reflexões desenvolvidas neste estudo devem ser compreendidas considerando a complexidade de que atravessa os processos de implementação da Educação Inclusiva nos diferentes contextos educacionais brasileiros. A organização dos apoios educacionais, a construção de práticas inclusivas e a operacionalização do Estudo de Caso são influenciadas por múltiplos fatores institucionais, políticos, territoriais e organizacionais, incluindo desigualdades regionais, condições de trabalho nas escolas, disponibilidade de recursos humanos especializados, processos formativos e diferentes capacidades institucionais dos sistemas de ensino.

Além disso, compreende-se que a operacionalização dos referenciais biopsicossociais da deficiência no cotidiano escolar ainda constitui um campo em desenvolvimento, marcado por desafios relacionados à articulação entre normativas educacionais, acessibilidade, participação escolar e definição das demandas de apoio. Nesse sentido, as categorias apresentadas neste manuscrito não devem ser interpretadas como modelos prescritivos ou universais, mas como possibilidades organizadoras destinadas a subsidiar processos de reflexão e tomada de decisão pedagógica de forma contextualizada e colaborativa.

Embora o presente estudo apresente uma proposta técnico-operacional para a condução do Estudo de Caso no contexto escolar, reconhece-se que sua aplicação prática ainda demanda processos de validação empírica. Nesse sentido, estudos futuros poderão desenvolver pesquisas de campo, estudos piloto e investigações de implementação em diferentes redes de ensino, visando analisar a aplicabilidade, potencialidades e desafios da proposta no cotidiano escolar.

Outra consideração relevante diz respeito à viabilidade de implementação do Estudo de Caso, a qual pode variar significativamente entre diferentes redes e contextos educacionais, em função de fatores como disponibilidade de recursos humanos especializados, formação das equipes escolares, organização institucional e condições materiais das escolas. Nesse sentido, a proposta deve ser compreendida como um referencial flexível, passível de adaptação às distintas realidades educacionais, sem perda de seus princípios estruturantes baseados na Educação Inclusiva e no modelo biopsicossocial da deficiência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As disposições introduzidas pelo Decreto nº 12.686/2025 representam um avanço inquestionável no campo das políticas públicas educacionais voltadas à inclusão. Ao estabelecer o Estudo de Caso como eixo estruturante para a definição de estratégias de acessibilidade, o decreto supera abordagens genéricas e reforça a necessidade de decisões fundamentadas no funcionamento real de cada estudante no contexto escolar. Esse movimento contribui para o fortalecimento de práticas mais coerentes, responsáveis e alinhadas aos princípios da inclusão escolar.

No entanto, o alcance efetivo de políticas públicas não se dá apenas pela formulação normativa. Para que se concretizem no cotidiano das escolas, é fundamental que estejam acompanhadas de dispositivos técnicos de implementação, capazes de orientar a prática e reduzir interpretações fragmentadas ou burocráticas. Nesse sentido, o Estudo de Caso assume papel central ao oferecer um percurso que analisa e organiza a observação, a reflexão e a tomada de decisão, transformando a lei em ação pedagógica concreta.

Compreendido dessa forma, o Estudo de Caso não se limita a um procedimento administrativo. Ele se configura como uma estratégia ética, ao deslocar o foco de explicações centradas exclusivamente no diagnóstico para uma leitura contextualizada da participação do estudante, respeitando sua individualidade. Ao mesmo tempo, constitui-se como uma ferramenta de qualificação da prática, na medida em que promove decisões baseadas em critérios técnicos, reduzindo o uso de soluções padronizadas que pouco dialogam com a realidade escolar.

Além disso, o Estudo de Caso opera como uma ponte entre a norma e o contexto escolar, articulando os princípios legais da inclusão com as condições reais da escola e as necessidades específicas de cada estudante. Essa articulação favorece práticas mais consistentes e sustentáveis, capazes de garantir não apenas o acesso, mas também a participação, a aprendizagem e a permanência no ambiente escolar.

Do ponto de vista normativo, torna-se relevante o desenvolvimento de documentos complementares que orientem a aplicação do decreto, como guias técnicos, referenciais de acompanhamento e indicadores de qualidade para o Estudo de Caso. Tais instrumentos podem fortalecer a implementação da política, apoiar as escolas na operacionalização das etapas propostas e garantir maior coerência entre a intenção normativa e a prática cotidiana. Assim, este estudo contribui para o campo da Educação Inclusiva ao propor uma sistematização analítica do Estudo de Caso fundamentada nos referenciais biopsicossociais da deficiência, ampliando o debate sobre operacionalização dos apoios educacionais para além de abordagens exclusivamente diagnósticas ou normativas. Além disso, o estudo contribui para aproximar os referenciais da LBI e da CIF das práticas de análise educacional desenvolvidas no contexto escolar, oferecendo subsídios teóricos e técnico-operacionais para futuras investigações e processos formativos relacionados à implementação da política inclusiva.

Dessa forma, reafirma-se que o Decreto nº 12.686 inaugura um marco importante para a inclusão escolar, cujo potencial se amplia à medida que o Estudo de Caso é compreendido e utilizado não como formalidade ou burocracia, mas como um dispositivo técnico, ético e pedagógico a serviço de uma educação verdadeiramente inclusiva.

Por fim, é importante ressaltar que a análise do Decreto foi utilizada neste estudo como elemento de contextualização teórica para a construção da proposta apresentada, não constituindo o objetivo central do manuscrito uma avaliação abrangente da política educacional em sua totalidade.

REFERÊNCIAS

- Booth, T., & Ainscow, M. (2011). *Index for inclusion: Developing learning and participation in schools* (3rd ed.). Centre for Studies on Inclusive Education.
- Brasil. (1961). Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. *Diário Oficial da União*.
- Brasil. (1971). Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus. *Diário Oficial da União*.
- Brasil. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Presidência da República.
- Brasil. (1996). Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*.
- Brasil. (2008). *Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva*. Ministério da Educação.
- Brasil. (2009). Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. *Diário Oficial da União*.
- Brasil. (2015). Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). *Diário Oficial da União*.
- Brasil. (2025a). Decreto nº 12.686, de 2025. Dispõe sobre a organização das equiparações e da oferta de apoios no contexto da educação inclusiva. *Diário Oficial da União*.
- Brasil. (2025b). Decreto nº 12.773, de 2025. Altera e complementa disposições normativas relacionadas à educação inclusiva e às políticas educacionais. *Diário Oficial da União*.
- Bray, L. E., & Russell, J. L. (2018). The dynamic interaction between institutional pressures and activity: An examination of the implementation of IEPs in secondary inclusive settings. *Educational Evaluation and Policy Analysis*, 40(2), 243-266.
- Buntinx, W. H., & Schalock, R. L. (2010). Models of disability, quality of life, and individualized supports: Implications for professional practice in intellectual disability. *Journal of Policy and Practice in Intellectual Disabilities*, 7(4), 283-294.
- Fixsen, D. L. (2005). *Implementation research: A synthesis of the literature*. University of South Florida, Louis de la Parte Florida Mental Health Research Institute, The National Implementation Research Network.
- Flores, L. M. M. (2025). *A gestão escolar e a educação inclusiva: um estudo de caso de uma escola de educação infantil do município de São Sebastião do Caí* (Monografia). IFRS.
- Hallinger, P., & Heck, R. H. (2011). Conceptual and methodological issues in studying school leadership effects as a reciprocal process. *School Effectiveness and School Improvement*, 22(2), 149-173.
- Jannuzzi, G. M. (2004). *A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI* (2. ed.). Autores Associados.
- Mantoan, M. T. E. (2015). *Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?* Summus.
- Monteiro, L. F. da S., & Faria, F. L. de. (2025). Estudo de caso, TEA e a formação inicial docente: construção de propostas didáticas inclusivas para a educação básica. *Revista Educação Especial*, 38(1), e53/1-30.
- Pires, R. O., Lotta, G. O., & Elias de Oliveira, V. O. (2018). *Burocracia e políticas públicas no Brasil*:

- Rezende, M. B., & Ruggio, C. I. B. (2022). Contribuições da terapia ocupacional para inclusão escolar. In *Terapia ocupacional na infância e adolescência*. Editora UFMG.
- Shrestha, P., & Bhattarai, P. C. (2024). Application of case study methodology in the exploration of inclusion in education. *American Journal of Qualitative Research*, 6(1), 73–84.
- Sierra-Martínez, S., Crestar, I., Fernández-Menor, I., & Latas, Á. P. (2025). Theory is inclusive, practice is integrative? Discourses on inclusion in the education community. *Journal of Research in Special Educational Needs*, 25(1), 209-221.
- Slee, R., & Tomlinson, S. (2018). *Inclusive education isn't dead, it just smells funny*. Routledge.
- Souza, T. A. de, Piza Cândido, E. A., & Carneiro, R. U. C. (2025). Educação inclusiva: um estudo de caso sobre o trabalho docente no Ensino Fundamental I. *Revista Científica do UBM*.
- UNESCO. (1994). *Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais*.
- Valadão, P. A. C., & Rezende, M. B. (2025). O raciocínio da terapia ocupacional como base para a oferta das adaptações razoáveis: articulação entre a lei brasileira de inclusão, neurociências e ocupações escolares. *ARACÊ*, 7(12), e11391.
- Valentos, H. L., & Junsay, M. (2025). Voices from the field: A narrative case study on inclusive education as reflection for practice, policy, and research. *Mindoro Journal of Social Sciences and Development Studies*, 2(1), 52-65.
- Yin, R. K. (2018). *Case study research and applications: Design and methods* (6th ed.). Sage. (12), e11391-e11391.
- Rezende, M. B., & Ruggio, C. I. B. (2022). Contribuições da terapia ocupacional para inclusão escolar. In *Terapia ocupacional na infância e adolescência*. Editora UFMG.
- Shrestha, P., & Bhattarai, P. C. (2024). Application of case study methodology in the exploration of inclusion in education. *American Journal of Qualitative Research*, 6(1), 73–84.
- Sierra-Martínez, S., Crestar, I., Fernández-Menor, I., & Latas, Á. P. (2025). Theory is inclusive, practice is integrative? Discourses on inclusion in the education community. *Journal of Research in Special Educational Needs*, 25(1), 209-221.
- Slee, R., & Tomlinson, S. (2018). *Inclusive education isn't dead, it just smells funny*. Routledge.
- Souza, T. A. de, Piza Cândido, E. A., & Carneiro, R. U. C. (2025). Educação inclusiva: um estudo de caso sobre o trabalho docente no Ensino Fundamental I. *Revista Científica do UBM*.
- UNESCO. (1994). *Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais*.
- Valadão, P. A. C., & Rezende, M. B. (2025). O raciocínio da terapia ocupacional como base para a oferta das adaptações razoáveis: articulação entre a lei brasileira de inclusão, neurociências e ocupações escolares. *ARACÊ*, 7(12), e11391.
- Valentos, H. L., & Junsay, M. (2025). Voices from the field: A narrative case study on inclusive education as reflection for practice, policy, and research. *Mindoro Journal of Social Sciences and Development Studies*, 2(1), 52-65.
- Yin, R. K. (2018). *Case study research and applications: Design and methods* (6th ed.). Sage. (12), e11391-e11391.